

ARQUIVOS

POTOSÍ: CENTRAL ARGENTÍFERA, MONETÁRIA E GERADORA DE DOCUMENTOS.

JACIRO CAMPANTE PATRÍCIO
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Marília (SP).

Múltiplos fatores imbricantes e atritantes, econômicos e não econômicos, explicam o complexo histórico-geográfico potosino. Alguns podem ser enumerados como indicadores do processo histórico global, pois adicionaram e, posteriormente, subtraíram energia ao referido complexo: os impulsos crescentes e decrescentes do capitalismo comercial europeu; a política econômica dos Áustrias e Bourbons de Espanha como resposta à conjuntura européia; ascensão e declínio na extração, industrialização e comercialização do minério e metal argentíferos procedentes do *cerro* potosino e de muitos outros espalhados no antiplano andino; presença de uma instituição monetária receptora de barras ou riéis de prata e expedidora de reais; alta e baixa marés demográficas; mobilização forte e ondulante de mercadores, gêneros agro-pastoris procedentes do solo americano e de mercadorias euro-afro-asiáticas.

Mas a circulação de bens não e para além do complexo histórico-geográfico potosino, em decorrência do controle fiscal burocratizante, estava na dependência do registro e movimentação de documentos oficiais. Os mercadores profissionais e ocasionais, mineiros, religiosos e artistas também contribuíram sobremaneira para o aumento da escrituração pertinente aos tratos, aos inventários, doações, batismos, casamentos e mortes.

Assim sendo, a central potosina também teve condições para gerar grande parte de sua documentação. Aquela de caráter oficial, da qual boa parte encontra-se distribuída na geografia do antigo complexo

sevilhano (1), — limenho (2); na sede da Antiga Audiência de Charcas, ou seja, na atual cidade de Sucre (3) e na antiga capital do vice-reinado do Prata, isto é, Buenos Aires (4). Há ainda a acrescentar

(1). — Veja-se, por exemplo, José Vázquez Machicado, "Catálogo de documentos referentes a Potosí /existentes/ en el Archivo de Indias de Sevilla", in *Colección de la Cultura Boliviana*, dirigida por Armando Alba, Editorial 'Potosí', 1964, vol. VIII; Lino Gomez Canedo, "Los Archivos de la Historia de America (Período Colonial Español)", *Instituto Panamericano de Geografía e Historia*, México, 1961, nº 87; outras indicações no ensaio de Lewis Hanke, *La Villa Imperial de Potosí: un capítulo inédito en la historia del Nuevo Mundo*, tradução de Gunnar Mendoza, Universidad de San Francisco Xavier, 1954, Sucre; as excelentes coleções de documentos impressos, ainda pouco consultadas pelos pesquisadores, publicadas sob a direção de Roberto Levillier: "Gobernantes del Peru, cartas y papeles. Siglo XVI. Documentos del Archivo General de Indias", in *Colección de Publicaciones Historicas de la Biblioteca del Congreso Argentino*, Editorial Rivadeneyra S.A., Madrid, 1921-1926, 14 vols. e "La Audiencia de Charcas. Documentos del Archivo General de Indias", in *Colección de Publicaciones Históricas de la Biblioteca del Congreso Argentino*, Madrid, 1918, 3 vols. Além do "Archivo General de Indias" outros arquivos espanhóis possuem documentos específicos pertinentes a Potosí.

(2). — Há nos arquivos e bibliotecas do Perú documentos expedidos pela central argentífera potosina em decorrência da intensa troca de correspondência oficial com a central administrativa limenha. São deveras importantes alguns *legajos* atinentes à *Real Hacienda* (1613-1820), ao "*Santo Oficio de la Inquisición* (1569-1820) e ao *Tribunal del Consulado*" (1613-1820). Não obstante, as escrituras públicas lavradas em Lima são importantes, pois algumas registram operações mercantis iniciadas ou concluídas em Potosí. A mesma observação é válida para as escrituras públicas lavradas em Cuzco, sobretudo aquelas relacionadas com o comércio e o tráfico da coca e outros produtos agro-pastoris.

(3). — Enquanto o *asiento* mineiro potosino esteve na dependência administrativa da cidade de La Plata, os "escribanos" públicos desta última lavraram escrituras no referido *asiento*. Deste modo, preciosa documentação, a mais antiga salva da destruição, correspondente ao período 1549-1559, encontra-se no *Archivo Nacional de Bolivia*, com sede em Sucre, sob a eficiente administração do historiador Gunnar Mendoza. Mesmo após 1561, quando os ricos mineiros compraram para a localidade o *status* de vila e sua autonomia administrativa, Potosí, juridicamente, continuou subordinado a La Plata (Sucre atual) que era a sede da Audiência de Charcas. Os presidentes sucessivos desta, *visitavam* a Casa da Moeda de Potosí, na qualidade de superintendentes, para apurar possíveis irregularidades. Os "*Libros de Acuerdos del Cabildo*" de Potosí encontram-se no referido arquivo: são 33 volumes relativos ao período 1587-1817, mas não formam uma série contínua, há muitas lacunas. Acrescenta-se ainda ao rico acervo documentos sobre mineração (1565-1824), processos variados que tramitaram na Audiência de Charcas e um grupo de documentos específicos pertinentes aos distúrbios sócio-econômicos ocorridos em Potosí, já trabalhados por G. Mendoza, "Guerra civil entre Vascongados y otras naciones de Potosí. Documentos del Archivo Nacional de Bolivia (1622-1641)", in *Cuadernos de la Colección de la Cultura Boliviana*, Potosí 1954 (94 documentos).

(4). — O complexo potosino quando de sua desarticulação e esfacelamento passou a orbitar na dependência administrativa do complexo portenho. Assim se explica porque no *Archivo General de la Nación*, em Buenos Aires,

aqueles documentos que, gerados em Potosí e em outros pontos do planalto, altiplano e vales andinos, tomaram escusos caminhos, quase que contrabandeados como a prata. Sabe-se que alguns encontram-se nos Estados Unidos (5), Brasil (6), Inglaterra (7) e em outras nações euro-

há documentos específicos sobre Potosí, sobretudo na seção *Contaduría*: 124 legajos (1640-1810), referentes aos *libros de caja y cuentas*. Não se pode omitir escrituras públicas lavradas em Córdoba, aquelas que dizem respeito às operações mercantis iniciadas ou concluídas na central potosina.

(5). — *A Hispanic Society of America* de New York, por exemplo, possui em seu acervo precioso Atlas Anônimo (cuja autoria é atribuída a um português que esteve em Potosí); destacam-se entre as ilustrações a bico de pena: K 3 *indios guayrando*, vista do *cerro Sumaj-Orko* e de um engenho de metais, e ainda uma planta geral da Vila Imperial de Potosí, todas datadas em 1575. Encontra-se também em solo norte-americano, sob a guarda particular ou institucional, uma rica coleção de documentos inquisitoriais, enquanto a Biblioteca Nacional da Bolívia está apenas de posse do Catálogo. Entretanto, fomos informados que os referidos documentos deixaram o Perú antes de pertencerem ao acervo da Biblioteca Nacional da Bolívia. Há no Catálogo referências sobre muitos moradores de Potosí, notadamente mercadores lusitanos, que caíram nas garras da Inquisição. Não se pode omitir também os exemplares da pintura e escultura barroca do mundo andino alto-peruano que tomaram idêntico destino, não se excluindo, obviamente, outros destinos. O mesmo vem ocorrendo com os exemplares barrocos brasileiros.

(6). — Pertence ao acervo de documentos da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil: “De la mita de Potosí y reducciones del Reino”; documento anônimo, é o primeiro dos 156 que constituem o códice documental denominado *Livro Primeiro do Governo do Brasil*, o qual foi descoberto em Portugal e a compra providenciada em 1947. Após a transcrição paleográfica, que deixa a desejar, foi publicado, em 1958. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui em seu acervo a Coleção de Manuscritos de Pedro de Angelis, havendo entre eles um assinado por Joseph María Cabrera “Observaciones de los varios métodos del beneficio de la Plata con sus reflexiones metódicamente practicadas en varios procederres, tomando por principio el punto de saturación, y las afinidades, o unión entre diferentes substancias metálicas (Potosí, 1786. VI. 16: B.L.M. de VS. su seguro servidor: Antonio Carrere). A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília possui cópia microfilmada da Coleção Pedro de Angelis. Aquisição efetuada ao tempo em que era titular de História da América o Prof. Dr. Uacury Ribeiro de Assis Bastos. Em 1968, H.H. Bruit Cabrera, Professor-Visitante junto ao Departamento de História da Faculdade de Marília, publicou, com apreciações críticas, o referido documento.

(7). — Há, no Museu Britânico em Londres, entre os “varios documentos de Indias”, a “Razón que halla Juan de Echavarría, official mayor de la Real contaduría y caja desta villa Imperial de Potosí, de la plata que se a presentado a quintar en ella y derechos que se an cobrado para Su Magestad desde 4 de febrero de 1556 que ay libros y quenta dello en la dicha contaduría, hasta fin pasado de 1640” (MB. Mss. Ad. 13.976, vol. X, fs. 405-414). As cifras argentíferas do referido documento encontram-se reproduzidas no apêndice de uma das obras de Clarence H. Haring. Também há no mesmo Museu um manuscrito onde desfilam minuciosas reivindicações dos mineiros potosinos (MB. Ad. 17.583, nº 1, fs. 7-167). Sobre a mineração em Oruro, ainda carente de abordagem monográfica, há um documento com data de 1607, “Relación que hizo Felipe de Godoy del asiento de minas y poblción de la

péias (8). Oxalá algum dia os documentos originais, que foram gerados em solo andino e que se encontram nos arquivos e bibliotecas estrangeiras, retornem às origens. O bom entendimento cultural entre os governos norte-americano e mexicano vem contribuindo para que muitas obras históricas voltem ao solo mexicano. Não deixa de ser um precedente louvável, digno de ser imitado por outros países.

Mas o que se acaba de expor chega a ser minimizado em face de outros fatos relacionados com a documentação potosina. Potosí, felizmente, não experimentou nenhum terremoto como aquele de Cuzco ou incêndio como aquele de Lima que em 1943 destruiu muitos manuscritos da Biblioteca Nacional do Perú. Está imune, graças à altitude, a uma série de ataques de insetos que, nas regiões tropicais, devoram documentos previamente umedecidos pela natureza. E, as autoridades da prefeitura local, durante as festividades, jamais acionaram algum canhão de bronze, como aquele de Santa Cruz de la Sierra, com pólvora e documentos manuscritos (9). Todavia, não obstante a ausência de excessiva umidade e de insetos, centenas de documentos dispersos em Potosí também foram destruídos pela mão do homem no decorrer de conjunturas econômicas em recesso. Por exemplo, no curso do século XIX, em momentos de acentuadas crises econômicas, documentos coloniais foram vendidos e utilizados no mercado municipal para embrulhar doces, carne e outros gêneros. Ainda houve documentos

villa de San Felipe de Austria”; Beltran Avila obteve dados do referido documento, transferindo-os para um de seus trabalhos. O manuscrito original do primeiro “Libro de Cabildo” de La Paz, também encontra-se no Museu Britânico.

(8). — Não se descobriu até agora em que condições, de qual país, de qual arquivo ou biblioteca procedeu originalmente *El Primer Nueva Cronica y Buen Gobierno* de Felipe Huamán Poma de Ayala, escrita entre os anos de 1580 e 1620, que se encontra na distante Biblioteca Real de Copenhague. Trata-se de fonte que, em 1.800 páginas de texto e mais de 500 ilustrações a bico de pena, retratava com agudeza impar a “visão do vencido” no mundo andino peruano. Sabe-se que há cópias facsimilares no Instituto de Etnologia de Paris e no Instituto Tiahuanacu de La Paz. Alguns dos viajantes europeus que percorreram o solo boliviano no decorrer do século XIX retornaram com documentos: D’Orbigny, o conde Castelnau, o médico italiano Renatti, o francês Saac e, na presente centúria, o alemão Hertzog, os suecos Erland Nordenskiöld e Sty Rydén. E, quanto ao mundo potosino em particular, ainda não se descobriu nenhum exemplar da primeira história de Potosí, cuja autoria é atribuída ao português Antônio de Acosta, impressa em Lisboa por volta de 1672 e cuja tradução espanhola foi publicada em Sevilha um ano após; também não se sabe o paradeiro da *História de la Villa Imperial de Potosí*, descubrimiento y grandeza de su cerro rico, de Antonio de León Pínelo, ilustre funcionário real do Século XVII.

(9). — Ver o relato do estranho fato: Hernando Sanabria Fernández, “Los Archivos de Santa Cruz”, in *Letras Bolivianas*, Suplemento nº 6, Cochabamba, 1970, p. 7. Comunicação do Primeiro Congresso de Historiadores Bolivianos, realizado em La Paz no período de 18 a 24 de janeiro de 1970.

que foram empregados na confecção de cartuchos para fogos de artifício. Estas são algumas das razões que, somadas às outras, explicam apreciáveis lacunas em certas séries de documentos salvos da destruição e do descaminho externo.

Os fatos apontados não invalidam o lado positivo da questão documental potosina. É pensando no saldo positivo que se elaborou este artigo. Pretende-se prestar informações — não se excluindo o propósito de desmentir outras (10) — pertinentes aos arquivos bolivianos, em particular aos de Potosí que, quanto à organização e riqueza documental, igualam-se aos melhores da América Latina. Outrossim, particularmente, entende-se que a tese de doutoramento recentemente defendida (11) não é apenas uma resposta diminuta aos maiúsculos desafios atinentes à pesquisa. É também uma resposta à colaboração e ao estímulo de várias pessoas (12) e instituições (13). Há também o desejo de colaborar com futuros pesquisadores dispostos a desafiar o binômio frio-altitude e realizar pesquisas naquele arquivos históricos.

*

(10). — Não procede, infelizmente, a afirmação da Profa. Dra. Eulália Maria Lahmeyer Lobo quanto à consulta dos documentos que seriam de seu interesse. Pois quando da elaboração de seu trabalho, *Caminho de Chiquitos às missões Guaranis de 1690 a 1718*, os documentos relativos à administração de Mojos e Chiquitos, 41 volumes, já se encontravam muito bem catalogados e preservados numa secção especial do Arquivo Nacional da Bolívia na cidade de Sucre.

(11). — Jaciro Campante Patrício, *Os mercadores no mundo andino alto-peruano (1550-1650)*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Marília, 1973, tese mimeografada, 2 vols., 486 fls. Defendida aos 8 de maio de 1974.

(12). — Somos gratos ao Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, titular de História da América na Universidade de São Paulo, pela orientação, pelas sugestões pertinentes ao emprego de novas técnicas, métodos e pelas valiosas críticas decorrentes da leitura atenta da tese; ao Prof. Dr. Eddy Stols, da Universidade de Lovaina, Bélgica, ex-professor na Faculdade de Marília, pelas primeiras e preciosas informações sobre os arquivos bolivianos, pelos primeiros incentivos à pesquisa e pela sugestão na escolha da temática. Os nossos agradecimentos, pelas não poucas e valiosas críticas, aos membros da banca examinadora: Prof. Dr. Jose Ferreira Carrato, Prof. Dr. Uacury Ribeiro de Assis Bastos, Prof. Dr. Antônio Rocha Penteado e Prof. Dr. Emanuel Soares da Veiga Garcia. E, na etapa referente à relação, o nosso reconhecimento a Olympia Salette Rodrigues e Suely Maria P. de Souza pela revisão atenta do texto original e pelo empenho técnico-datilográfico. Não podemos faltar com um obrigado aos professores Clodoaldo Bueno e Nivaldo Poite Cassaro, caros colegas e companheiros de viagens à Bolívia e ao Perú, uma das quais assinalada pelo pitoresco acidente da *yerba mala*.

(13). — À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que houve por bem conceder-nos auxílio para viagem e pesquisa junto aos arquivos históricos bolivianos, o nosso obrigado. Ao Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade de São Paulo, na pessoa do Prof. Dr. Eurípedes

HISTÓRICA TRANSFORMAÇÃO: DE CASA DA MOEDA EM CASA DA CULTURA.

Por volta de 1572 o vice-rei Francisco de Toledo determinou que a Casa da Moeda de Lima fosse fechada (14) e autorizou a criação da Casa Real da Moeda de Potosí. A instituição monetária potosina nasceu do contrato amigável entre o poder real e a livre iniciativa, sobretudo dos mercadores, não obstante os temores ou restrições de certas pessoas como lembrava o testemunho de Juan de Matienzo (15). Não é de admirar, portanto, que o vice-rei em questão tenha outorgado poderes a um mercador, Guillermo de Leto, *vecino* de Potosí, para construir o primeiro edifício sede (16) da Casa da Moeda daquela localidade. Ao final do século XVI, a referida instituição já contava com uma hierarquia complexa de funcionários, muitos dos quais eram pro-

Simões de Paula, pelo empréstimo, em duas oportunidades, de uma microfilmadora portátil, o nosso sincero agradecimento. À Casa Nacional da Moeda de Potosí, na pessoa de seu diretor Dr. Armando Alba e seu assessor Prof. Dr. Mario Chacón Torres e aos demais funcionários, pelas facilidades com que facultaram a consulta, pesquisa e microfilmagem de documentos, pelas atenções e pelo convívio com que atenuaram o binômio frio-altitude que enfrentamos em três oportunidades, o nosso preito de gratidão. Ao Arquivo Nacional da Bolívia, na pessoa de seu diretor Dr. Gunnar Mendoza, vice-diretora Prof^a. Martha Mendoza e funcionários, pelos vários obséquios com que cercaram nossas leituras, pela busca carinhosa dos documentos previamente selecionados, pela anuência à microfilmagem e outros favores especiais como prova de autêntica cordialidade intelectual boliviana, o nosso muito obrigado. Outrossim, agradecemos ao Dr. Jaime Arce de La Cerda, diretor do Arquivo Histórico Municipal de Cochabamba, por ter facultado a microfilmagem de escrituras públicas lavradas em solo cochabambino. À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, aos diretores que se sucederam, Prof. Dr. José Querino Ribeiro, Prof. Dr. Enzo del Carrato e e Prof^a. Dr.^a. Olga Pantaleão, pelas valiosas ajudas, possibilitando curtas e sucessivas viagens de pesquisa à Bolívia, aos nossos agradecimentos.

(14). — A instituição monetária limenha em sua primeira existência foi de curta duração: instalada em 1565, lançou sua primeira remessa de moedas só em 1568, depois de conseguir pessoal qualificado para o ofício de cunhagem, para ser fechada em 1572 e reaberta só em 1683.

(15). — Juan de Matienzo, *Gobierno del Perú /1567/*, Édition et Étude préliminaire par Guillermo Lohmann Villena, Inst. Français d'Études Andines, Paris-Lima, 1967. Argumentava-se que a criação de uma instituição monetária em Potosí provocaria o aumento da moeda circulante e a queda ou diminuição no preço dos gêneros comercializados. Matienzo, na qualidade de ouvidor da Audiência de Charcas, oferecia respostas contrária e defendia a instalação de uma Casa da Moeda na cidade de La Plata (pp. 259-260).

(16). — O edifício em questão foi erguido junto à atual praça 10 de Novembro, no mesmo local onde funcionou o Banco de Rescate e onde se encontram atualmente as repartições da Casa da Justiça do Departamento de Potosí desde 1873.

prietários dos respectivos cargos, a partir do tesoureiro (17). Alguns dos tesoueiros-proprietários foram mercadores. Por exemplo, em 1620, um mercador limenho, Diego Hurtado, comprou o referido cargo por 5.000 pesos. Houve denúncia de venalidade envolvendo o vice-rei Francisco Borja y Aragón (Príncipe de Esquilache). Este destituiu o referido mercador do cargo. O fato revela a faculdade do poder real de colocar cargos à venda, dar posse ao comprador e, ao mesmo tempo, afasta-lo mediante denúncia. Todos os cargos estavam sob esta pendência. Quando havia denúncias, o processo tinha início na própria instituição com a abertura de um auto que tramitava burocraticamente para a Audiência de Charcas. Os sucessivos presidentes da referida Audiência foram superintendentes da instituição monetária potosina dispondo de poderes para apurar irregularidades na qualidade de *visitadores*. É improcedente a tão difundida versão dos cronistas: condições climáticas impediram a presença do negro nas terras altas andinas onde se praticava a mineração. É evidente que a farta e barata mão-de-obra *mitaya* explica a ausência do negro escravo no interior das minas, todavia este componente étnico esteve sempre presente junto às fornalhas e em outros afazeres da Casa da Moeda de Potosí (18).

Percebe-se, portanto, que foram múltiplas as funções daquela instituição monetária: órgão fiscal, fazendário, receptor e expedidor de barras, moedas de prata e de ouro. Entretanto, a execução de todas as funções estava na dependência de uma categoria específica de mercadores profissionais que atuaram no complexo histórico-geográfico potosino, ou seja, os mercadores de prata.

Estes, credenciados junto à Casa da Moeda e com poderes delegados pelos representantes dos Monarcas de Espanha, sucederam-se no tempo, na condição de empresários, desempenhando importante papel no universo econômico do mundo andino alto-peruano. O provimento da função era objeto de *asiento* válido por um número determinado de anos. A riqueza de que dispunha o candidato a mercador de prata era importante, embora tivesse a Coroa financiado o primeiro com 11.000 pesos. Eles desfrutaram de muitos privilégios, como manipular com exclusividade inicial as moedas oficiais emitidas e cambiá-las pelas não-oficiais; atuar na compra e na venda de metais e moe-

(17). — ACNMP. CM. 1643, Caja nº 4, leg. 33: "Auto de Bartolomé Hernández, Tesorero propietario de la Casa de Moeda, para que cumpla sus obligaciones el Guarda Mayor Don Juan del Corro y Casto". Fs. 2.

(18). — Jaciro Campante Patrício, *Os mercadores...*, tese indicada. Nela são citados muitos documentos pertinentes à instituição monetária com referências às queixas-crime sobre desvio ou roubo de prata, brigas, fugas, processos contra proprietários e escrituras de venda de negros, negras e mulatos. Outrossim, destina-se um capítulo ao trato mercantil negroiro-argentífero.

das; pagar com *reales* as *piñas* e os *rieles* de prata que compravam. *Reales* que recebiam em pagamento da prata por eles internada, mediante contrato, na Casa da Moeda de Potosí.

A *tienda* de um mercador de prata foi uma unidade mercantil complexa: armazem receptor, de estocagem e de expedição de metais; agência monetária e casa de câmbio; agência “bancária” para o financiamento e fomento da mineração. Entretanto, ficou demonstrado que os representantes da específica categoria mercantil, associados aos funcionários da instituição monetária potosina, subornados com certa frequência, subtraíram eficácia ao desenvolvimento do capitalismo no mundo andino alto-peruano. As provas foram obtidas, por um lado, através da apuração das quantidades de prata registrada nos órgãos fazendário e monetário; por outro lado, nas crônicas, para as quais os autores — agentes literários ultramarinos — transferiram o problema da evasão de riquezas como temática pensada e discutida pelos seus contemporâneos. As sucessivas emissões de moeda dependeram, especialmente, do tino comercial dos mercadores e dos funcionários da Casa da Moeda frente às solicitações do capitalismo comercial europeu. A moeda necessária ao comércio de produtos europeus, distribuídos pelos canais do complexo sevilhano-limenho e pela rota clandestina portenha, era a aceitável numa área maior que o espaço geográfico alto-andino. Os experientes mercadores que comandavam a circulação de mercadorias euro-afro-asiáticas davam preferência às moedas graudas. Assim, a iniciativa privada dos mercadores de prata, muito mais que ao interesse regional da política metropolitana, ligava-se àquela preferência, refletindo no predomínio percentual — nunca inferior a 70% — na cunhagem de moedas de oito reais sobre as de menor valor. O fato foi constatado com regular frequência em todos os registros de moedas negras apurados recentemente. Os empresários da prata e da moeda colaboraram com outras categorias mercantis, possibilitando-lhes realizar com maior segurança suas transações e embolsar moedas oficiais. Solidariedade capitalista supra-regional repercutindo, por um lado, no baixo nível de circulação monetária alto-peruana, na baixa poupança e na debilitada capitalização; por outro, contribuindo para a sobrevivência dos moedeiros particulares e da moeda de peso corrente, como resposta à evasão acentuada de moeda oficial e à inoperância no plano regional da Casa da Moeda de Potosí (19).

A central mineradora potosina comportou-se como uma caixa de ressonância sensível aos impulsos crescentes e decrescentes do capitalismo comercial europeu. Quando de seu refluxo, notadamente no de-

(19). — Jaciro Campante Patrício, *Os mercadores...*, tese cit., no II vol., dedicado à amoedagem potosina, comprovam-se os fatos indicados.

curso da segunda metade do século XVII até o advento da conjuntura político-administrativa reformista borbônica, aquela central mineradora deixou de receber estímulo à produção, à inovação técnica, à concentração de mão-de-obra *mitaya*, à cunhagem de moedas, sem que o minério do subsolo se esgotasse.

No ano de 1773 estava concluído o monumental edifício destinado à Casa da Moeda de Potosí, iniciado em 1753 (20). O fato atesta novos bafejos do capitalismo comercial europeu. O contexto era outro, outra era a conjuntura histórica. E, nesta fase, a instituição monetária potosina foi contemporânea e partilhou sua função com duas outras congêneres, a de Lima, reaberta em 1683, e a de Santiago do Chile, criada no ano de 1743. Como conciliar elevados gastos numa construção com o aspecto decadente da mineração no “cerro” potosino? Pura ostentação faraônica dos Bourbons de Espanha ou de seus representantes em solo sul-americano? Elaborar-se uma resposta nestes termos: não obstante a conhecida consagração historiográfica do *cerro* argenteífero potosino, o aumento que se verificou na cunhagem de moedas, nas últimas décadas do século XVIII, deve-se ao minério extraído em outros “cerros” espalhados no espaço geográfico do mundo andino alto-peruano e sua condução à central em questão, que experimentava os impactos do “mercantilismo ilustrado” (21).

Dentro do novo edifício, a mão-de-obra utilizada junto às fornalhas de fundição continuou sendo a negra escrava (22) acrescida da dos réus que, por delitos comuns, cumpriam penas com trabalhos forçados. Mas a Casa da Moeda estava melhor aparelhada para a cunhagem; foi beneficiada com inovações técnicas, sobretudo novas máquinas para laminar a prata. Máquinas inteiramente de madeira, fabricadas na Espanha e até hoje se encontram no local onde foram instaladas. Burros e cavalos (negros escravos e índios *mitayos*, provavel-

(20). — O seu custo alcançou 1.148.452 pesos, enquanto na reconstrução da Casa da Moeda de Lima o gasto foi de 78.162 pesos. O encarregado dos planos e direção da obra de cimentação nos primeiros anos foi um arquiteto aragonês, Salvador de Villa. Com a morte deste, a direção coube ao seu ajudante, Luis Cabello. O projeto original do frontispício foi substituído por outro. O material empregado foi o mais diverso, todo ele de procedência forânea: pedra dura, ladrilho cozido, vigas de cedra. Segundo Armando Alba, o estilo arquitetônico difere do barroco dominante em outras construções da cidade, podendo ser comparado ou classificado como de tipo “escorial” ou “herreriano”. Ocupa uma superfície correspondente a duas quadras. Em seu todo, assemelha-se a uma fortaleza inexpugnável, com paredes maciças, pátios sucessivos, belos arcos, arcadas e passagens labirínticas.

(21). — É o que se propõe demonstrar em nossa pesquisa já iniciada: Os mercadores no mundo andino alto-peruano (século XVIII).

(22). — Quem visita o edifício tem a possibilidade de ver os cubículos que serviram de moradia aos negros escravos que trabalharam na instituição monetária.

mente) ofereciam a força necessária para a mobilização, em posição vertical, de um enorme eixo, o qual, através de uma cremalheira, transmitia movimento a um jogo de rodas denteadas.

Durante o longo processo da luta pela independência, quatro forças antagônicas se adentraram no monumental edifício da Casa da Moeda: realista, nacional-regionalista, limenha e portenha. Pelos seus corredores, pelos seus amplos salões e pátios desfilaram muitos protagonistas. Ele serviu de “bastilha” aos realistas, entre os quais estavam os “azogueros”, ou seja, os mineiros, minoria toda poderosa beneficiada com as instituições de fomento à mineração criadas ao tempo de Carlos III. Um representante da causa portenha pretendeu dinamitá-la. Trágico destino desta instituição monetária até o último momento colonial: servir aos interesses alheios. Situação coerente com a história da prata e, posteriormente, com a do estanho.

Após o longo e caótico processo de independência, no cenário político balcanizado hispano-americano, despontava a Bolívia como nova nação, a partir de 1825. A Casa Real da Moeda passava nominalmente a ser Nacional. Assim prosseguiu sua função como instituição monetária sujeita a outras vicissitudes. As mesmas máquinas de laminar metal, os mesmos “molinetes” munidos de novas matrizes cunhadoras, colocavam em circulação as primeiras moedas nacionais com a effigie de Simón Bolívar. A partir de 1868, a referida instituição passou a contar com máquinas mais modernas e tecnicamente mais perfeitas, mobilizadas a vapor, procedentes da Inglaterra. Uma quinta força penetrava na área andina: a europeização comandada pelos ingleses. O capitalismo europeu havia contribuído para provocar a ruptura da estrutura política secular estabelecida pela Espanha. Contudo, a estrutura econômica de dependência latino-americana foi preservada e reorganizada pelo próprio capitalismo europeu. O estanho, parente plebeu da prata, valorizado pelas exigências da industrialização, contribuiu para a continuidade de Potosí como cidade mineira.

Outras máquinas modernas, desta vez procedentes dos Estados Unidos, aposentaram as anteriores e entraram em atividades no ano de 1896. Sinal patente da presença de uma nova força. Sintoma de uma nova conjuntura. Todavia, as novas máquinas funcionaram poucas vezes; numa delas apenas cunhou-se uma medalha de ouro para o General Montes, então Presidente da República da Bolívia. E elas encerraram definitivamente suas atividades em 1909. A prata deixava de ser parte integrante do sistema monetário em muitos países. A Bolívia seguiu a norma. Por outro lado, havia no exterior indústrias especializadas na fabricação de moedas metálicas e papel moeda em condições técnicas ausentes na Casa de Potosí.

Por muitos anos o monumental edifício esteve abandonado até que, com a Guerra do Chaco, foi transformado em quartel de recruta-

mento e cavalaria. Após a guerra, voltou ao abandono. Que destino dar à grandiosa obra?

Os membros da Sociedade Geográfica e de História potosina, fundada em 1912, estavam conscientes do valor histórico e do abandono em que se encontrava a construção. Elaboraram um plano que consistia no levantamento de recursos para a restauração do prédio (23), fundação de um museu (24), organização de um arquivo histórico que acolhesse a documentação, até então dispersa nas repartições públicas de Potosí, e instalação de uma gráfica (25). Aos poucos o plano converteu-se em realidade. A histórica Casa da Moeda transformou-se em Casa da Cultura. É diretor da instituição, desde 1954, o Dr. Armando Alba, notável intelectual que partilha os seus conhecimentos com os compatriotas e estrangeiros pesquisadores que, depois do desafio frialitude, penetram naquela Casa. Esse binômio natural é atenuado pelo calor intelectual e humano que se desfruta em Potosí, como se constatou em várias oportunidades. O incansável diretor quer ampliar ainda mais a instituição, enriquece-la com objetos históricos e documentos espalhados pela cidade (26), ex-Vila Imperial, que por si só é uma das poucas relíquias artísticas da época colonial que o progresso ainda não conseguiu extirpar ou mascarar.

*

(23). — Nos anos sucessivos vários presidentes da referida instituição, com o auxílio do governo departamental, restauraram o edifício.

(24). — O Museu, atualmente, ocupa um total de 56 salas, subdivididas em várias secções: a) Pinacoteca, com pinturas coloniais, ocupando 23 salas; duas destas estão destinadas a obras de dois importantes pintores da fase colonial: Melchor Pérez de Holguin e Cecilio Guzmán de Rojas. A escola italiana e outras européias estão ali representadas, não se excluindo os valores regionais. O anonimato ocorre em alguns quadros, como por exemplo: La Batalla de Regón e Los Cruzados. b) Numismática potosina. c) Máquinas de madeira para laminar, fabricadas na Espanha e instalada em 1750. d) Móveis antigos. e) Arte sacra. f) Sala de Cartografia. g) Sala de Arqueologia. h) Sala de coleção de ferramentas utilizadas na mineração colonial. i) Etnografia quíchua. j) Mineralogia. k) Móveis e objetos do Século XIX. l) Galeria de quadros de personagens históricos dos primórdios da fase republicana. m) Máquinas a vapor adquiridas no governo do General Melgarejo. n) Arte Moderna com pinturas de artistas contemporâneos. o) Primeira locomotiva utilizada pelo Presidente Aniceto Arce para o transporte de minérios de sua mina de Huanchaca. Um dia é tempo insuficiente para se visitar as 56 salas do Museu da Casa da Moeda de Potosí.

(25). — A Gráfica Editorial 'Potosí' já publicou mais de três dezenas de obras nacionais e estrangeiras, algumas das quais inéditas. Há também no mesmo edifício uma Biblioteca de História e Geografia.

(26). — Certa feita dois rapazes adentraram pelo pátio principal da Casa da Moeda e ofereceram ao Diretor um manuscrito do século XVII: *Vida de Fray Vicente Vernedo*. Após a aquisição a obra foi publicada pela editora local.

O ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA NACIONAL DA MOEDA DE POTOSÍ.

Nove salas do histórico edifício foram destinadas ao Arquivo Histórico, uma das quais foi reservada ao fichário e local de recepção.

A catalogação dos documentos *sueltos*, referentes à própria administração da Casa da Moeda, foi iniciada pelo Dr. Armando Alba (27). Posteriormente, o diretor do Arquivo Nacional da Bolívia, Dr. Gunnar Mendoza, traçou certas normas gerais de catalogação cujo trabalho metódico e ordenado vem sendo executado pelo Prof. Dr. Mário Chacón Torres, o qual, através de um artigo (28), prestou contas de seu trabalho e dos auxiliares. Os referidos documentos, depois de numerados, foram colocados em caixas especiais de papelão, também numeradas cronologicamente. Aqueles que correspondem a volumes encadernados (muitos dos quais em encadernação de couro da fase colonial, resistentes e artisticamente trabalhados) foram classificados por tomos ou *legajos* e receberam numeração visível no próprio dorso. Todo o acervo encontra-se em salas especiais, em prateleiras ou estantes com portas vidradas e munidas de chaves.

Com relação às salas, a partir da primeira, os documentos estão assim distribuídos: 1.º) *Libros de Cajas Reales y Tesoro Publico*; 2.º) *Escrituras Notariales*; 3.º) *Casa de Moneda*, onde encontram-se os documentos administrativos e de outra natureza atinentes à instituição monetária potosina, desde a fase colonial à republicana; *Indiferente General*, salas restantes, destinadas aos documentos filiados a diversas instituições coloniais e republicanas.

Esta distribuição se fez segundo o princípio de procedência histórico-institucional dos documentos (29). E, bastam estas informações para que se tenha uma idéia do zelo, segurança e a prática de princípios de ordenação científica da documentação relacionados com o Arquivo Histórico da Casa Nacional da Moeda de Potosí.

Através do princípio da ordem alfabética, as secções institucionais, subdivididas em séries, são as seguintes:

(27). — Armando Alba, *Archivo de documentos de la Casa Real de Moneda*, Plantié Talleres Gráficos, S.A., Buenos Aires, 1944.

(28). — Mário Chacón Torres, "Catalogación del Archivo de la Casa de Moneda", in *Revista Vida Universitaria*, Universidad Tomás Frias, Potosí, 1966, vol. I, nº 2, p. 15.

(29). — *Idem, ibidem*.

A.T. *Administración de Tabacos.*

Esta instituição esteve na dependência da administração geral com sede em Buenos Aires que operava em regime de monopólio. A sub-sede de Potosí prolongou suas atividades no período de 1780-1825, tendo-se desligado da matriz portenha muito antes da última data. Quase todos os documentos existentes no ACNMP são atinentes à série de *Libros de cuentas corrientes*.

B.S.C. *Banco de San Carlos.*

Esta instituição data da segunda metade do século XVIII. Ela se originou da política ilustrada e fomentista dos Bourbons de Espanha. Ao longo da conjuntura político-administrativa dos Áustrias de Espanha existiu em Potosí o *Gremio de Azogueros* ou dos mineiros proprietários e administradores de engenhos e minas argentíferas. Ao final da primeira metade do Século XVIII, precisamente em 1747, depois de esboçada em projeto, escriturada em cartório, foi aprovada pelo vice-rei limenho D. José Antonio Manso de Velasco, Conde de Superunda, a *Compañía de Azogueros*. Os associados esperavam dispor de recursos pra fomentar a mineração, cobrir gastos com ferramentas, mercúrio, cobre, ferro, madeira, couro, sebo e outros produtos utilizados no interior das minas, no transporte do minério, nos engenhos hidráulicos e na transformação química do minério em metal; outrossim esperavam adicionar dividendos até então canalizados para as mãos dos mercadores de prata. Após 4 anos de existência, a Companhia chegou às portas da falência. Os Bourbons de Espanha procuraram socorrer os mineiros, aprovando, em 1752, o funcionamento do *Banco de Azogueros* que, depois de certa prosperidade, também chegou às portas da falência. Em data posterior à *quiebra*, tiveram início as primeiras gestões para a incorporação da instituição bancária à *Real Corona*, o que concretizou oficialmente pelo decreto de 21 de junho de 1779. Assim nasceu o *Real Banco de San Carlos* de Potosí. Sob um circunstanciado regulamento, a nova instituição entrou em atividade, sendo administrada por um tesoureiro, um contador e outros funcionários remunerados pelo poder metropolitano (30). Há no ACNMP documentos compreendidos entre os anos 1754 e 1825. Algumas das séries são: auxílio aos *azogueros*, compras de minério, *contaduría*, *cuentas semanales*, *encerramientos en arcas*, *expendio de azogue*, etc.

(30). — Jaciro Campante Patrício, *Os Mercadores...*, tese cit., vol. II, cap. 9, pp. 397-404. Prosseguimos na pesquisa e estudo das referidas instituições bancárias.

C.R. *Cajas Reales*.

Instituição fazendária que controlava, arrecadava e expedia para a Metrópole as *rentas* reais depois de aplicar uma parcela no vasto patrimônio americano. Elevados dividendos da *Caja Real* de Potosí socorreram muitas regiões compreendidas entre o Istmo do Panamá e o Rio da Prata. Sua origem se confunde com os primórdios da Vila Imperial de Potosí, contudo, só há no ACNMP documentos cronologicamente situados no espaço temporal compreendido entre 1554 e 1825. A secção é constituída por várias séries: *acuerdos y diligencias; alcabalas; averís; azogue; bienes de difuntos; cartas-cuentas; censos de indios; certificaciones; contaduria (libros-borrador, libros de cargo y data, libros de comprobantes de cargo y data, etc.); correspondencia recibida y expedida; donativos y empréstitos a la Corona; fiadores a la real hacienda; media anata; ramo de naipes; oficios vendibles y renunciables; padrones de envío de mitayos; pregonas; capitulaciones; visitas y fianzas; provisiones reales; títulos; quintos reales; rezagos de cartas-cuentas; sisa; tabaco; tasas y retasas de reparticiones reales; visitas de repartimientos* (31); etc.

C.M. *Casa de Moneda*.

A origem desta instituição, como já se teve a oportunidade de indicar, remonta ao ano de 1572. Além de estar ativa durante toda a fase colonial emprestando caráter específico à central potosina, prolongou sua existência até a primeira década do século XX sob os impulsos conjunturais, ascendentes e descendentes, do capitalismo, cujas forças atuantes no mundo andino-peruano apenas permitiram que o mesmo desfrutasse de uma estrutura pré-capitalista.

Há uma irreparável lacuna de 47 anos, ou seja, o documento mais antigo referente a esta instituição existente no ACNMP data do ano de 1619. A partir desta data, há documentos que abrangem fase cronológica que se estende até o ano de 1900, contudo, não formam séries contínuas. Deste modo, apesar da importância, o acervo documental desta secção é de alcance mais restrito que o da secção C.R. Teve-se a oportunidade de reconhecer, pela manipulação direta da documentação, as seguintes séries: *Libros en que se asientan las partidas de rieles que entregan los mercaderes de plata; Libros en que se asientan las cartas de pago; Libros de libranzas y encerramientos (partidas de plata libradas y recibidas); Livros de registros sobre: nombramientos, licencias, dejaciones de cargos, etc.; Expedientes generales; Sala-*

(31). — Gunnar Mendoza, "Fuentes ineditas para la historia de Potosí", in *Historia de la Villa Imperial de Potosí* de Bartolomé Arzanz de Orzúa y Vela (Edición de Lewis Hanke y Gunnar Mendoza), Brown University Press, Imprenta Nuevo Mundo, S.A., México, 1965, vol. III, pp. 492-500.

rios de oficiales; Autos, peticiones, testimonios, certificados, memoriales, otorga de poderes sobre: mercaderes, acuñadores monederos, talladores, fundidores, capataces, ensayadores, blanqueadores, oficiales balanzarios, negros hornaceros, etc.”.

E.N. Escrituras Notoriales.

A documentação mais antiga referente a Potosí, salva da destruição e do descaminho externo, encontra-se no Arquivo Nacional da Bolívia, na cidade de Sucre ou La Plata de outrora. Trata-se das escrituras públicas, referentes ao período de 1549-1559, lavradas no *asiento* mineiro potosino pelos *escribanos* da cidade de La Plata. Já se ofereceram explicações para o fato (32).

Mas há no ACNMP 270 volumes de escrituras públicas, de diferentes espessuras porque varia o número de folhas. Aliás, a espessura dos tomos parece ser um dado sintomático relacionado com as conjunturas econômicas e respectivas fases de pujança e de declínio do complexo histórico-geográfico potosino tutelado pelo capitalismo europeu. Por exemplo, enquanto o tomo catalogado com o número 79, pertinente ao ano de 1632, constituído de escrituras lavradas no espaço cronológico inferior a seis meses, é de quase 1.500 folhas (33), o tomo 175-B, onde estão as escrituras registradas entre 1828 e 1886 (56 anos), é de menos de 140 folhas (34)! Para as últimas décadas do século XVI, pode-se estabelecer uma média provisória de 44 registros por ano, enquanto no século XIX há anos que constam de 2 registros. Há irreparáveis lacunas atinentes ao século XVII, sendo poucos os anos completos. Outrossim, só ha no ACNMP, E.N. compreendidas entre 1572 e 1886 (35). As escrituras geradas entre 1560 e 1571, na central potosina, provavelmente foram utilizadas na confecção de cartuchos para fogos de artificios e outras destinações anteriormente indicadas. Não fossem as ingratas lacunas, poder-se-ia tentar um trabalho de quantificação inédita. Através da ordenação contínua de tomos e folhas seria possível obter uma representação gráfica refletindo, pelo volume da escrituração, as fases de ascensão e de declínio do complexo histórico-geográfico potosino. Porem, dadas essas intercalações lacunares, o trabalho é inexequível.

(32). — Ver nota 3 deste trabalho.

(33). — ACNMP. EN. nº 79, 1632: escribano Baltazar de Barrinuevo, 13 de maio a 5 de outubro.

(34). — ACNMP. EN. 175-B, 1828-33-85-86, Libro de Conocimiento, 31 de março a 17 de julho, 18 de junho a 1º de dezembro, 141 fs., enumeradas de 4 a 144.

(35). — ACNMP. EN. 4.1572: escribano Martin de Barrientos, 2 de janeiro a 23 de dezembro, 860 fs., enumeradas por “cuadernillos”; ACNMP. EN. 175-B, doc. cit. na nota anterior.

É desnecessário, não obstante as perdas indicadas, insistir sobre a importância das escrituras como fonte fundamental para a reconstrução da micro e macro-história potosina. É indiscutível a transcendência histórica de Potosí em seu decurso colonial e não se entende porque a O.E.A., até o presente, ainda não patrocinou a publicação das referidas escrituras. Através delas é possível obter-se provas da mais precoce integração latino-americana. Provas que podem explicar algumas das razões que dificultam o esforço de integração atual. É preciso vencer a amnésia histórica.

I. y C. *Iglesias y Conventos.*

Como o nome da própria secção indica, trata-se de documentos das diversas igrejas e conventos potosinos ou de antigos arquivos eclesiásticos que foram conduzidos ao ACNMP. Embora preciosos, não são muitos e estão compreendidos entre os anos 1614 e 1830, dividindo-se em grupos pelo princípio de procedência, sendo possível enumerar as séries: *cofradías y capellanías (libros de sus bienes, etc.)*, *libros de sacristía, gastos ordinários, inventários y misas*, etc. Não se pode omitir o Arquivo Paroquial da Catedral de Potosí que conserva os *Libros parroquiales: bautismos*, 51 volumes, de 1611 a 1825; *matrimonios*, de 1640 até após 1824; “*enterramientos*”, de 1640 em diante. Também não se pode omitir o Arquivo do Convento de São Francisco, um dos mais antigos da cidade, cujo acervo está formado por *libros donde se asientan los bienes de las cofradías de San Francisco* (século XVII), *cofradías y capellanías de este Convento de N. P. S. Francisco de Potosí* (estão enumeradas as confrarias que existiam por volta de 1650), *Libro de sacristia* (iniciado em 1687), *cuaderno que contiene las Ordenanzas de la Cofradía del Cordón* (fundada pelos mineiros em 1609)”, etc. O Prof. Dr. Mário Chacón Torres vem se dedicando à pesquisa (36), revisão e catalogação dos documentos de origem eclesiástica que se encontram no ACNMP e nos arquivos da Catedral e do Convento de São Francisco, tendo concluído a catalogação pertinente ao período colonial, ou seja, de 1587 a 1825, no tocante ao convento. A documentação em apreço, sobretudo os livros de registro de nascimentos, casamentos e óbitos, é de suma importância para a demografia histórica e a história social. Especialistas destas esferas do saber histórico, franceses em especial, vêm dando prova disto.

(36). — Mário Chacón Torres, “Documentos sobre arte colonial en Potosí”, in *Revista del Instituto de Investigaciones Históricas*, Universidad Tomás Frías, Potosí, 1959-1960, vol. I, nº 1, pp. 73-111.

R. T. *Ramos de Temporalidade.*

Após a expulsão dos jesuítas em 1767, foram constituídas as “Juntas de temporalidades” para administrar os bens temporais que os mesmos deixaram em Potosí (37). Os documentos reunidos nesta secção estão compreendidos entre 1767 e 1825. Entre as séries, enumeram-se: *contaduria, inventarios*, etc.

T. P. *Tesoro Público.*

Sob esta denominação estão reunidos no ACNMP vários documentos da fase republicana potosina. Compreende várias instituições criadas a partir de 1825 como o *Tesoro Público* (T. P.), o *Banco de Rescate* (B. R.), *Banco Refaccionario* e o *Banco de Habilidadación Minera* (B. H.). O acervo do T. P. abrange o período 1825-1913.

Mediante decreto de 19 de dezembro de 1826 o General Antonio José de Sucre estabeleceu *Oficinas de Rescate* de prata em Potosí, Oruro, La Paz e Tupiza. E, por força da lei de 1.º de janeiro de 1827 elas passaram a ser denominadas bancos. O *Banco de Rescate* de Potosí, sobre o qual há documentação compreendida entre 1826-1887, herdou toda a estrutura funcional, inclusive prédios e móveis, do extinto *Banco Real de San Carlos*. Ele e as outras congêneres das localidades indicadas remetiam à Casa da Moeda de Potosí *pastas* de prata, devolvida na forma amoedada. O Estado Boliviano pretendendo dar maior estímulo à mineração, até então na dependência do capital privado dos mineiros, criou uma instituição oficial de crédito, ou seja, o *Banco Refaccionário e de Habilidadación Minera* que, não obstante sua curta existência — 1833-1847 — abriu o caminho para que o *Banco de Rescate* se transformasse numa instituição bancária de capital misto. Não se dispõe de elementos detalhados para se especificar, neste artigo, as séries.

Miscelânea.

Sob rubrica indicada há, no ACNMP, documentos procedentes de diferentes repartições públicas pertinentes às fases colonial e republicana; todavia, tanto para uma como para outra, em pequena quantidade. Não constitui uma secção propriamente dita, embora o acervo esteja em *cajas* especiais. Também não se dispõe de dados para especificar as séries.

Observações finais.

Este trabalho foi elaborado com o propósito de prestar informações, ainda que breves, sobre importante arquivo histórico latino-ame-

(37). — Mario Chacón Torres, “Catalogación del Archivo...” *op. cit*
p. 15.

ricano. Por um lado trata-se de resposta — reconhecimento à autêntica cordialidade intelectual boliviana — e, por outro, o desejo sincero de colaborar com futuros pesquisadores brasileiros, nem sempre bem informados sobre o que se acaba de expor, e de outras nacionalidades.

Acrescentou-se também o propósito de não omitir o contexto histórico imbricante que presidiu à transformação da Casa Real da Moeda em Nacional, Casa da Cultura e Arquivo Histórico. Aquela instituição monetária, em seu decurso colonial, recorda-se — não obstante a soma avultada de moedas lançadas à circulação sob os impulsos conjunturais, ascendentes e descendentes, do capitalismo comercial europeu — apenas possibilitou que o complexo histórico-geográfico potosino desfrutasse de estrutura econômica pré-capitalista.

A casa da Moeda de Potosí, transformada em Casa de Cultura e Arquivo Histórico, continua exercendo secular função de centro receptor e expedidor. Só que no lugar da prata e dos mercadores, convergem para o seu interior documentos e pesquisadores (38), ao invés de moedas e documentos gerados na central potosina, expede conhecimentos e publicações. Há em seu interior máquinas de laminar e cunhadoras inativas enquanto uma gráfica editora ativa lança ao exterior várias obras. Mas não se pode supervalorizar a fase atual vivida pela Casa da Moeda, pois, pelo que se expôs, todas as suas fases se imbricam e se justificam.

(38). — Em 1964, o Diretor do ACNMP informava que nas salas destinadas ao Arquivo havia mais de 20.000 *legajos* inéditos e 1.000 *libros* pertinentes às C.R. e E.N. Cf. Armando Alba, "La Casa de Moneda de Potosí", in *Revista Foro*, La Paz, 1964, Ano IV, nº 45, p. 37. Há um outro artigo do mesmo autor que deve ser mencionado com o propósito de orientar futuros pesquisadores: "Los Archivos coloniales de Potosí", in *Revista Kollasuyo*, La Paz, 1939, I, pp. 12-30.